



novamente
Começar por acreditar

**Associação de apoio aos
traumatizados crânio encefálicos e
suas famílias**

Anexos às

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2023

Identificação da Entidade

A Associação de apoio aos traumatizados crânios encefálicos e suas famílias é uma instituição sem fins lucrativos, com o NIPC 509 310 354 e sede na Avenida Infante Sagres nº 349, Vila Nova de Gaia. Tem como atividade representar, defender, apoiar e cuidar a vítima de TCE grave e suas famílias.

1. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;

2. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

2.1. Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

2.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

2.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

2.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

2.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

2.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

2.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

2.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

2.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

2.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

2.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas destes por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

2.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

2.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um Ex fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir Ex fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

2.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Loações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

2.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos*

impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 a rubrica “Investimentos financeiros” tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2023				
	1/jan/23	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	31/dez/23
Investimentos Financeiros					
Outros activos financeiros - FCS	2 151,41		84,91		2 066,50
	2 151,41	0,00	84,91	0,00	2 066,50

4. Ativos Tangíveis e Intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações no exercício de 2023 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2023					
	1/jan/23	Aquisições / Dotações	Abates	Amortizações	31/dez/23
Activo					
Equip. Administrativo	2 246,97			-561,74	1 685,23
	2 246,97	0,00	0,00	-561,74	1 685,23

O movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e respetivas depreciações no exercício de 2023 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2023					
	1/jan/23	Aquisições / Dotações	Abates	Amortizações	31/dez/23
Activo					
Outras activos intangíveis	8 037,00			-535,80	7 501,20
Software	0,00			0,00	0,00
	8 037,00	0,00	0,00	-535,80	7 501,20

5. Crédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Créditos:

Prestação de Serviços	12 487,50	11 792,50
Quotas	10 087,50	8 332,50
Seguradoras	2 400,00	2 460,00
Associação Salvador	-	1 000,00
	12 487,50	11 792,50

6. Subsídios do Governo e Outros Apoios

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Outros Apoios”:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
AT - Consignação IRS e 15% IVA suportado	52 571,40	34 618,90
IGFSS	12 787,10	16 810,76
Erasmus	5 481,90	6 492,25
Outras Entidades	-	10 408,00
	<u>70 840,40</u>	<u>68 329,91</u>

7. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2023 foi 9.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Remunerações do pessoal	153 454,64	167 276,75
Encargos sobre remunerações	32 345,90	34 655,41
Seguros	1 117,39	955,99
Outros gastos com pessoal	664,50	1 332,91
	<u>187 582,43</u>	<u>204 221,06</u>

8. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Clientes e Utentes		
Clientes conta corrente	375,00	880,00
Adiantamentos de Clientes	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	375,00	880,00
Perdas por imparidade acumuladas	<u>375,00</u>	<u>880,00</u>
	<u>375,00</u>	<u>880,00</u>

9.2. Outras contas a receber e a pagar

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Devedores por acréscimo de rendimento	-	-
Outros devedores	<u>5 104,34</u>	<u>4 945,18</u>
	<u>5 104,34</u>	<u>4 945,18</u>

A rubrica “*Outras contas a pagar*” tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Acréscimo de Remunerações a Liquidar	27 277,94	27 278,01
Outros credores	<u>1 311,53</u>	<u>1 138,62</u>
	<u>28 589,47</u>	<u>28 416,63</u>

9.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	331,32	380,06
	<u>331,32</u>	<u>380,06</u>

9.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Caixa	223,50	181,76
Depósitos à ordem	184 935,16	159 497,53
	<u>185 158,66</u>	<u>159 679,29</u>

9.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

	<u>31/dez/22</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31/dez/23</u>
Resultados Transitados	102 525,54	32 349,82		134 875,36
	<u>102 525,54</u>	<u>32 349,82</u>	<u>-</u>	<u>134 875,36</u>

9.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Fornecedores conta corrente	2 497,46	7 411,82
	<u>2 497,46</u>	<u>7 411,82</u>

9.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1 387,00	3 398,00
Segurança Social	3 322,52	4 150,94
Outros impostos e taxas	0,00	67,16
	<u>4 709,52</u>	<u>7 616,10</u>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

9.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Serviços especializados, dos quais:	91 897,57	40 436,30
Contabilidade	2 398,50	2 398,50
Análise/Avaliação Projeto	16 190,73	15 384,24
Comunicação	21 779,18	0,00
Serviços Camp.IRS	3 919,09	13 500,00
Apoio Candidaturas, Extra Campanha	11 438,76	0,00
Workshop Cerâmica	2 693,98	0,00
Pub. e propaganda diversa	26 380,48	453,10
Honorários	5 761,50	7 434,50
Vigilância e Segurança	600,12	618,67
Serviços bancários	665,23	612,93
Diversos	70,00	34,36
Materiais	3 475,66	5 841,39
Energia e fluídos	1 033,11	1 191,08
Deslocações, estadas e transportes	35 772,03	29 731,03
Serviços diversos, dos quais:	11 183,22	27 662,92
Rendas e Alugueres	121,28	452,40
Comunicações	2 154,29	20 735,88
CTT	2 535,15	0,00
Seguros	278,58	464,49
Contencioso e Notariado	79,00	154,00
Outros	6 014,92	5 856,15
	<u>143 361,59</u>	<u>104 862,72</u>

9.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Rendimentos suplementares - Donativos	280 433,80	263 343,82
Outros rendimentos e ganhos	0,00	138,00
	<u>280 433,80</u>	<u>263 481,82</u>

9.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31/dez/23</u>	<u>31/dez/22</u>
Impostos	115,57	167,04
Outros gastos e perdas, dos quais:		
Quotizações	30,00	44,28
Outros	0,00	861,75
	<u>145,57</u>	<u>1 073,07</u>

9.11. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Balanço

Balanço Individual em 30 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	30.Dez.23	30.Dez.22
<i>Activo</i>			
Activos fixos tangíveis		1 685,23	2 246,97
Activos intangíveis		7 501,20	8 037,00
Outros activos financeiros		2 066,50	2 151,41
Total dos Activos Não Correntes		<u>11 252,93</u>	<u>12 435,38</u>
Clientes		375,00	880,00
Outras contas a receber		5 104,34	4 945,18
Diferimentos		331,32	380,06
Caixa e depósitos bancários		185 158,66	159 679,29
Total dos Activos Correntes		<u>190 969,32</u>	<u>165 884,53</u>
		<u>202 222,25</u>	<u>178 319,91</u>
<i>Fundos Patrimoniais</i>			
Resultados transitados		134 875,36	102 525,54
Resultado liquido do exercicio		31 550,44	32 349,82
Total dos Capitais Próprios		<u>166 425,80</u>	<u>134 875,36</u>
<i>Passivo</i>			
Fornecedores		2 497,46	7 411,82
Estado e outros entes públicos		4 709,52	7 616,10
Outras contas a pagar		28 589,47	28 416,63
Total dos Passivos Correntes		<u>35 796,45</u>	<u>43 444,55</u>
Total do Passivo		<u>35 796,45</u>	<u>43 444,55</u>
		<u>202 222,25</u>	<u>178 319,91</u>

Cascais, 20 de Fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Luís Barros

180648560

23777

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Ass. Apoio aos Traumatizados Craneo-Encefálicos e suas Famílias

Demonstração dos Resultados Individuais
30 de Dezembro de 2023
(Valores expressos em euros)

	Notas	30.Dez.23	30.Dez.22
Vendas e Serviços Prestados		12 487,50	11 792,50
<i>Quotas</i>		<i>10 087,50</i>	<i>8 332,50</i>
<i>Seguradoras</i>		<i>2 400,00</i>	<i>2 460,00</i>
<i>Assoc. Salvador</i>			<i>1 000,00</i>
Subsídios à exploração		70 840,40	68 329,91
AT - Consignação IRS e 15% IVA suportado		52 571,40	34 618,90
Eramas		5 481,90	6 492,25
IGFSS		12 787,10	16 810,76
Outros		-	10 408,00
Fornecimentos e serviços externos		(143 361,59)	(104 862,72)
Gastos com o pessoal		(187 582,43)	(204 221,06)
Outros rendimentos e ganhos		280 433,80	263 481,82
<i>Donativos em dinheiro</i>		<i>213 284,05</i>	<i>225 577,35</i>
<i>Donativos em especie</i>		<i>22 893,75</i>	<i>716,47</i>
<i>Multas</i>		<i>44 256,00</i>	<i>37 050,00</i>
<i>Outros</i>		<i>-</i>	<i>138,00</i>
Outros gastos e perdas		(145,57)	(1 017,75)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		32 672,11	33 502,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(1 097,54)	(1 097,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31 574,57	32 405,14
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		(24,13)	(55,32)
Resultado antes de impostos		31 550,44	32 349,82
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		31 550,44	32 349,82

Cascais, 20 de Fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Lourenço
180648560
23777

A DIRECÇÃO